

UM CASO DE APROPRIAÇÕES E MEDIAÇÕES: STUART HALL

Prof.a. Dra. Maria Lúcia Wiltshire de Oliveira
UFF

RESUMO

Stuart Hall é a imagem do intelectual moderno que difunde e cria conhecimento. Como difusor organizou coletâneas e escreveu sobre temas da atualidade, fazendo incorporações e cruzamentos de idéias nascidas nos anos 60 e 70. Como criador concebeu uma teoria da recepção que explica as diferentes reações das pessoas aos textos da *media*, com base em conceitos de Althusser, Gramsci, Heidegger, Gadamer, Iser e Jauss. Em todos os casos as incorporações são parciais e incompletas, o que confirma a própria teoria da recepção mediada (de mediação e de *media*) concebida pelo professor jamaicano.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é produzir uma argumentação introdutória sobre a identidade do intelectual na modernidade tardia tomando como paradigma o professor Stuart Hall, que há precisamente dois anos esteve entre nós na Abertura oficial do VII Congresso Abralic em Salvador, Bahia.

Partindo do pressuposto de que a atividade intelectual implica sempre uma dinâmica de apropriação e mediação de conhecimento, podemos relacioná-la diretamente ao tema do pidgin acadêmico que abarca o processo de transcrição operado por intelectuais de todo tipo. A figura de Stuart Hall é da nossa conveniência não só porque ele está vinculado a uma instituição acadêmica, mas também porque produziu trabalhos sobre apropriação e mediação de sentidos no campo da comunicação de massa que se podem aplicar ao estudo mesmo do pidgin. É um difusor de referenciais teóricos e autorais das Ciências Humanas, um criador de novas aplicações para os mesmos e também um militante político se levarmos em conta a orientação ideológica de seus estudos sobre mulher, religiões, movimentos sociais, raças e etnias.

O QUE É UM INTELECTUAL?

Inicialmente podemos situá-lo como um dos cinco modelos de pessoas do sistema ético de Max Scheler - o gênio, o herói, o santo, o espírito dirigente da civilização e o artista do prazer – , esquema conceitual que Curtius¹ reduziu à tríade *gênio*, *herói* e *santo*, incorporando o artista e o espírito dirigente respectivamente à primeira e à segunda categoria. Esta tipologia é puramente ideal já que os tipos se cruzam na história com a enorme variedade de culturas. Caso particular é o dos gregos que criaram uma epopéia arcaica para enaltecer o herói guerreiro aristocrata, prolongando um prestígio que remonta ao culto dos mortos da época micênica, mas que, no entanto, recebeu do poeta menos destaque que a sabedoria de Nestor e a sagacidade de Ulisses. Neste último Homero equilibrou as virtudes do herói e do sábio numa solução que valoriza a si mesmo quanto ao ideal dominante. Tal padrão continuou na tardia Antiguidade e se concretizou na figura de Enéias, cuja sabedoria tomou a forma de virtude moral. Depois de Virgílio o par força-sabedoria se tornou tópico, sendo adotado pela teoria literária da Alta Idade Média com Fulgêncio e Isidoro de Sevilha. Os capitães e reis germânicos adaptaram a tradição ao modelo do *imperator literatus*, no elogio aos soberanos “sábios”, como Frederico II e Afonso X de Leão e Castela. A partir dessa época, ao mesmo tempo em que vigorava a ética heróica de “Rolandos”, pensadores ligados às recém-criadas universidades medievais deslocavam-se de um canto para outro da Europa difundindo e criando conhecimento, fazendo muitas vezes a ponte entre o saber muçulmano e o ocidental cristão.

No Renascimento ressurgiu o tópico “armas & letras” consubstanciado na vida e obra de autores², como Camões que, além de poeta, foi soldado tendo manifestado ao rei a sua

¹ CURTIUS, E.R. *Literatura Europea y Edad Media latina*. v.1. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1989. p. 242-262.

² Boiardo, Ariosto, Rabelais, Cervantes.

intenção em servi-lo com “braço às armas feito” e em cantá-lo com “mente às Musas dada”³. Na Espanha do Século de Ouro deu-se com grande esplendor a fusão da vida artística com a vida guerreira quando poetas ⁴ “tomaram ora a espada, ora a pena”. Nas monarquias absolutistas, as academias produziram um tipo de intelectual que ama o saber e o rei, engendrando novas redes do pensamento justificador do regime, como fizeram Jean Boudin, Bossuet, Putendorf e Antonio Vieira.

No século XVIII, o intelectual sai da sombra do poder real e vai para o espaço público dos salões, da praça, do passeio, do turismo cultural e do café, consolidando-se a natureza cosmopolita desta atuação através da República das Letras. Identificada ao Iluminismo na década de 1760, os intelectuais desta instituição geraram um saber de embates com o poder real, cuja consequência, entre outras, foi a proibição da Enciclopédia pelas autoridades. Ao fim do século, Goethe anteviu o modelo fáustico do intelectual fomentador que alia auto-aperfeiçoamento ao desenvolvimento econômico, criando uma nova síntese histórica entre poder privado e poder público, simbolizado na união de Mefisto (a parte “suja” do trabalho) e Fausto (o administrador isento), que emprestam ambas suas mentes e sua magia ao Imperador, para ajudá-lo a tornar seu próprio poder sólido e eficiente. Para Berman, “isto abrirá espaço, na história mundial, para o papel excitante e ambíguo do intelectual moderno”⁵.

Sob a influência da grandeza de Napoleão e do romantismo, o componente heróico do par força-sabedoria, até então exclusivo à nobreza de armas, passou a se aplicar a uma nobreza de alma e assim foi adotado pelos intelectuais que venceram as revoluções de 1789, 1839 e 1848. O lema de Balzac - *Ce qu’ il a commencé par l’ épée, je l’ acheverai par la plume.* – expressa a

³ *Lusíadas*, X, 155-1-2.

⁴ Garcilaso, Cervantes, Lope de Veja e Calderon.

⁵ BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*; a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

transferência das armas para as letras. Aos poucos a laicização da cultura (que já havia destronado o santo), a industrialização e a conseqüente divisão do trabalho nas sociedades européias, provocaram a modernização do binômio espada & pluma. Se a qualidade da nobreza deslocou-se da força para o espírito, a genialidade estendeu-se do livro à arena política. A partir do século XIX o intelectual – fusão do gênio com o nobre de espírito – vai disputar a preferência das massas com o político ou o governante. O mercado havia criado o tipo livre de intelectual que passa a cativar uma fatia do público: suas armas são o escrito, ainda é o livro mas também a imprensa. Exemplo: Zola e todos os que se juntam em torno do caso Dreyfus.

Ao classificar os intelectuais em *tradicionais* e *orgânicos*, Gramsci⁶ aplicou o critério da classe social apenas aos últimos, considerando-os o resultado de um processo historicamente constituído. É o caso dos clérigos na cristandade medieval que aos poucos foram afirmando a sua hegemonia em meio à desorganização que se seguiu à substituição da aristocracia romana pelos bárbaros. Vem desta época a identidade entre *especialista*, *clérigo* ou *intelectual*, e sua oposição a *leigo* no sentido profano de não-especialista. Já os intelectuais tradicionais pertencem a um grupo transhistórico e independente das forças de produção que agem de forma autônoma na sociedade, fazendo parte de uma confraria atemporal. Ao sentirem sua ininterrupta continuidade histórica com “espírito de grupo”, seus membros teriam criado a utopia social de serem independentes da camada social hegemônica.

Pode a teoria de Gramsci dar conta dos cruzamentos de tipos e da história da categoria que esboçamos? Seria ela aplicável as intelectuais da atualidade, quando as identidades estão em crise e se questiona a possibilidade de uma atuação pura? Pode-se esperar que vozes lúcidas,

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

“descomprometidas”, herdeiras dos enciclopedistas, nos dêem respostas “iluminadas” do mundo?

STUART HALL, PROFESSOR E AUTOR

Deixando estas questões para depois, tomemos a figura de Stuart Hall como um intelectual dos novos tempos. Formado pela Birmingham School e atualmente professor de Sociologia na Open University, foi a maior figura do “revival” da Esquerda britânica entre 1960 e 1970. Seus referenciais de partida foram as leituras de Marx realizadas por Althusser e Gramsci. Na qualidade de intelectual **difusor** de saberes, ele organizou várias coletâneas de ensaios seus e de colegas, dos quais destacaremos, para comentário, dois trabalhos. Nestes artigos Hall trata de temas candentes – identidades, sujeito moderno, culturas nacionais, globalização, diásporas, etnias e hibridismo – procedendo a incorporações e cruzamentos de idéias nascidas nas décadas de 60 e 70 com outras que surgiram nos anos 80 e 90.

O primeiro trabalho - “A identidade cultural na pós-modernidade”⁷.- está estruturado em linguagem didática e parece se destinar ao público universitário e leigo, o que explica a sua popularidade (seis edições brasileiras). Nos dois capítulos iniciais Hall apresenta três concepções de sujeito - a iluminista, a sociológica e a pós-moderna -, explorando a crise de identidade com base na idéia do descentramento do eu. Nos quatro capítulos seguintes aplica os argumentos aos problemas das identidades culturais referidas a etnia, raça, sexo, nacionalidade, etc. Sua postura pedagógica leva-o a definir, classificar e explicar suas idéias, deixando em segundo plano a problematização. Desculpando-se pela simplificação de assunto tão complexo, não deixa de

⁷ No original, “The question of cultural identity”, foi publicado na coletânea *Modernity and its futures* (1992) e recentemente (2001) traduzido e editado sob a forma de um livreto pela DP&A, Rio de Janeiro, sob o título acima mencionado.

menção as matrizes dos argumentos, a saber, Marx, Freud, Saussure e Foucault. Como manual introdutório, tem alta aplicabilidade nos meios leigo e universitário de iniciação.

O segundo trabalho - “Quem precisa de identidade”⁸ - , escrito depois de 1996, parece dirigir-se aos seus pares, numa comunicação com discurso e intenções diferentes. Trata-se de um ensaio mais teórico, menos introdutório, mais problematizado e discutido. Aqui o conceito de identidade é visto sob o prisma de sua intencionalidade ou, em outras palavras, sob o prisma das variadas instâncias a que interessa este conceito. Para tal ele incorpora a noção “sob rasura” de Derrida.

Na qualidade de intelectual **criador**, Stuart Hall concebeu uma teoria da recepção segundo a qual os receptores, num processo de *codificação/decodificação*, reagem ativamente aos textos da *media*, contrariando a concepção behaviorista – ainda em curso - de que o público é sempre passivo. Num trabalho-chave, *Encoding/Decoding*⁹, Hall argumenta que a ideologia dominante está inscrita no texto da media como uma “leitura preferida”, mas que isto não é automaticamente adotado pelos leitores que reagem de três formas distintas: ou aceitam passivamente a direção pensada pelo produtor; ou negociam o sentido na medida da extensão e tipo de *background* de cada um; ou rejeitam inteiramente a intenção veiculada. As situações sociais dos leitores/espectadores/ouvintes podem conduzi-los a adotar diferentes posturas. Leituras “dominantes” são produzidas por aqueles cuja situação social favorece a leitura preferencial; leituras “negociadas” são produzidas por aqueles que infletem a leitura preferida levando em conta sua posição social; e “leituras opostas” são produzidas por aqueles cuja posição social os coloca em conflito direto com a leitura preferida. Ao negociar o significado no

⁸ Artigo publicado numa coletânea organizada por Tomaz Tadeu e Silva, intitulado *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Vozes, 2000.

⁹ *Encoding and decoding in the television discourse*. Paper for the Council of Europe Colloquy on “Training in the critical reading of television language”, University of Leicester, 1973.

texto da *media*, a audiência ou os leitores tomam alguns dos sentidos supostamente incluídos no texto, mas também inferem alguns dos seus próprios sentidos dentro do texto. No modelo de codificação-decodificação dos discursos da *media*, Hall diz que o sentido do texto se localiza em algum lugar entre seu produtor e seu leitor, embora esteja emoldurado (ou codificado) pelo produtor em uma certa direção.

Como herdeiro da geração 68, Hall recusou a abordagem humanista ou fenomenal da epistemologia e adotou o construcionismo social que não concede ao homem nenhum acesso ao real a não ser sob a forma da representação. Como teórico da cultura, concorda com a questão da hegemonia numa direção pós-gramsciana (Laclau e Mouffe), aceitando a dominação de um grupo social por outro, em termos de uma mais complexa visão da estrutura social. Em geral segue a abordagem institucional para a linguagem e cultura, colocando o uso da linguagem dentro de uma moldura de poder, instituições e sistemas políticos e econômicos. Esta teoria apresenta os indivíduos como simultaneamente produtores e consumidores, participando na cultura de acordo com o seu lugar nas estruturas econômicas e políticas, o que explica a ênfase que dá ao papel das instituições – governo, igreja, estado – na produção da cultura.

Para Hall e outros, os *mass media* tendem a reproduzir interpretações que servem os interesses da classe dominante, mas eles são também um campo de luta ideológica. O sistema de significação da *media* é visto assim como relativamente autônomo. A sua teoria da recepção mediada reduz a força de ação do emissor (ou, digamos, da ideologia dominante), que de forma poética encontramos em Fernando Pessoa quando diz que: “Os que lêem o que escreve/ Na dor lida sentem bem/ Não as duas que ele [o poeta] teve/ Mas só a que eles não têm”.¹⁰

¹⁰ Segunda estrofe do poema “Autopsicografia” (1932) In: PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972, p. 164-5.

Esta teoria da interpretação parte da consideração althusseriana da *media* como aparelho ideológico do Estado, mas também repousa e altera o conceito de hegemonia de Gramsci que, por sua vez, sustenta seus fundamentos a partir da filosofia de Heidegger e sua refutação do Ser como substância. Hall se apropria das idéias de Gadamer, discípulo de Heidegger, no tocante ao enraizamento da hermenêutica na experiência do cotidiano entendendo a compreensão como uma conduta que “pertence a uma história eficaz (*Wirkungsgeschichte*)”, o que significa: pertence ao Ser que foi compreendido”¹¹. Na leitura, o texto fala a partir da preconcepção que o leitor traz e aplica: “Quem deseja compreender um texto, está disposto a que algo de si seja dito por ele”.¹² O que vale dizer, segundo Costa Lima, que “toda atividade compreensiva e interpretativa é condicionada por nosso lugar temporal e por nossa posição espacial dentro da sociedade”.¹³ Hall também é sensível às reflexões de Iser e Jauss, discípulos de Gadamer que se dedicaram ao estudo da hermenêutica literária. Parece que em todos os casos Hall faz incorporações parciais e incompletas destes autores, o que corrobora, de certo modo, a sua própria teoria da recepção mediada (de mediação e de *media*).

Afinal a que categoria de intelectual pertence Stuart Hall? Vimos no passado que a função do gênio sempre esteve, em maior ou menor grau, associada a um papel público (como o herói), emprestando corpo ou alma ao soberano, ou sendo ele mesmo a encarnação do governante esclarecido. Verificamos que a certa altura, com o surgimento do mercado, a luta do intelectual se transferiu para o livro e o jornal, passando a ocupar um espaço intermediário entre o soberano e as massas, servindo de mediador entre o público-leitor e o Estado.

¹¹ GADAMER, H. –G.: 1960, XIX, *apud* LIMA, Luiz Costa. 1983, v.1, p.63.

¹² GADAMER *apud* LIMA, 1983, v.1, p.69.

¹³ LIMA, 1983, v.1, p.71.

Sabemos que a modernidade se caracteriza por um projeto racional de domesticação do mundo onde a atividade intelectual é imprescindível para mover a máquina. Na modernidade tardia o intelectual não se projeta como santo – embora haja muitos profetas no mundo – muito menos como revolucionário, já que a paixão política está disciplinada dentro dos quadros racionais das organizações partidárias. Com o talento aplicado ao estudo, à descoberta e à ciência, os intelectuais passaram a integrar a máquina de saber subvencionada pelo Estado e pela Sociedade. Hoje eles são funcionários à serviço de patrões públicos ou privados. Transitam no espaço da academia, Universidade e Institutos de pesquisa que se tornaram centros produtores de saber à serviço, não mais da Igreja ou do Estado, mas da sociedade civil. Submetidos ao *pidgin* acadêmico enquadram sua contribuição teórica num certo “idioma”, relacionando-a aos referenciais em circulação, assim como fizeram Montaigne em relação aos clássicos que voltaram à moda, e Rousseau em relação aos seus antecessores da primeira geração iluminista. A articulação entre o exercício (o privado) do pensamento e a prática (o público) da política se dá predominantemente por meio da divulgação dos trabalhos de pesquisa. Servindo a uma máquina editorial que se alimenta sobretudo do consumo de universitários, o intelectual moderno afirma o seu saber, mantendo a aura medieval do especialista que se distingue do ignorante, do leigo e do povo.

Podemos então problematizar a aplicação das categorias gramscianas ao intelectual que Stuart Hall representa. Ele não é exclusivamente do tipo tradicional porque está vinculado à academia. Nem do tipo orgânico porque não serve diretamente a nenhum soberano. Nas democracias ocidentais, goza da liberdade de pensamento do primeiro mas vive sob o compromisso do segundo. Ainda que liberto da tutela estatal e religiosa, serve a ideologias, dominantes ou minoritárias, que coexistem na sociedade pós-moderna. Stuart Hall está situado na corrente do pensamento europeu atual que colocou sob rasura categorias universais de raiz

platonizante. No entrelugar cultural que ocupa, seu pensamento articula-se com as teorias dominantes traduzindo-as para o campo de sua própria etnia e situação de pós-colonizado. Ao teorizar sobre a recepção ativa nos *mass media*, ele fala indiretamente de sua própria conduta como emigrante negro, oriundo de uma raça e uma cultura de periferia, mas disposto a negociar sentidos e valores que lhe são oferecidos no quadro referencial que prevalece nas academias da cultura hegemônica.

CONCLUSÃO

Ao observar esta vontade que se apropria, refunde e difunde o conhecimento, quisemos iniciar uma reflexão sobre os critérios que a fazem proprietária dele, depois de refazer o traço e de hospedar o novo. Rebatido o mito da genialidade e desfeito o glamour da espada ou do espírito, tentamos pensar o lugar do intelectual na modernidade tardia frente ao conhecimento. Acabamos por entender que sua palavra nunca é definitiva. Sem o amparo dela somos atirados também à tarefa de construir nossa posição a cada momento, sem o consolo de um guia que possa, diante da extrema diversidade e complexidade do mundo moderno, nos conduzir, ou seduzir, nesta floresta de enganos que é a pós-modernidade.

No percurso mental que por ora concluímos, também nos apropriamos de categorias, privilegiando umas, desprezando outras, tentando dialogar, produzir um *logos* por meio de alguns referenciais teóricos disponíveis. E nos defrontamos com uma questão ética problemática, já que a barbárie antropofágica é razão suficiente a justificar os processos naturais de apropriação e expropriação que atravessam e constituem a dinâmica do pidgin. Em tudo isto reencontramos a concepção nitzschiana do conhecimento perspectivado, que foi praticada sem má fé pelos sofistas num processo de “atos pelos quais o ser humano se apodera

violentamente de um certo número de coisas, reage a um certo número de situações, lhe impõe relações de força”.¹⁴

As ciências humanas estão se tornando o palco, senão o campo de batalha, de todo tipo de cruzamento. Os processos que aí se dão parecem reintroduzir uma visão lúdica e sofisticada da ciência (vide mundo barroco). Afinal, submetido às contingências da sua posição social, destituído da aura de condutor das massas ou de produtor de conhecimento universal, o intelectual moderno joga com referenciais teóricos, produz novos saberes com tais cruzamentos e ao mesmo tempo se expõe como ator político que aceita, negocia ou recusa valores da cultura dominante.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999, p. 25.